



## EDITORIAL

### Os Arquivos Particulares ■

OS ARQUIVOS PARTICULARES constituem, desde longa data, uma fonte muito importante para os historiadores. A biografia e a história política são os géneros historiográficos clássicos, mais claramente dependentes de documentação particular, embora não indispensável, como o testemunha a biografia de Fontes Pereira de Melo da autoria de Filomena Mónica. Fontes é um exemplo gritante de negligência familiar. Outras grandes figuras tiveram mais sorte. Os manuscritos de Mouzinho da Silveira deram entrada na Biblioteca Nacional em 1895, pela mão de um juiz que reparou nos documentos acumulados num canto do Tribunal da Boa-Hora.

O carácter aleatório do destino deste tipo de espólios, que persiste nos nossos dias, resulta da inexistência de legislação sobre os arquivos de personalidades políticas que defina a fronteira entre documentos de funções e documentos privados. Hoje, os descendentes de personalidades têm a noção do valor cultural do espólio herdado. Infelizmente, essa consciência é por vezes acompanhada por uma vontade de o transformar em fonte de rendimento, desrespeitando a vontade expressa do autor do espólio.

Mas os arquivos particulares, pela sua abrangência, interessam quase todas as áreas da historiografia. Mesmo os arquivos pessoais. Os documentos que permitem compreender o modo

de vida e de pensar do homem e da mulher de diferentes meios sociais, são também muito valorizados pelos investigadores. O diário de um moleiro (Ginsburg), o diário de uma mulher burguesa (Perrot), ou um grande proprietário agrícola (Alentejo), são exemplos que atestam o interesse de fontes mais anónimas. O universo dos arquivos particulares é extremamente diversificado. Nele se incluem arquivos pessoais, de personalidades de diferentes domínios, arquivos de família, de empresas, de associações e sindicatos, e ainda o universo dos arquivos da Igreja. Há um vasto campo de pesquisa a nível distrital e municipal a efectuar em relação a este universo polifacetado. Não é de mais salientar a sua urgência, pode-se chegar tarde demais. O recente Arquivo Municipal de Seia já não encontrou os arquivos da lã identificados por Carvalho Dias. Há o risco de ter ocorrido o mesmo em relação às múltiplas pequenas empresas industriais do Vale do Ave e do Porto. Felizmente constituiu-se ainda a tempo o Arquivo dos Lanifícios na Covilhã. Poderia pensar-se que dimensão e sentido da história estariam associadas, contudo infelizmente nem sempre é assim, como o indicam a total ausência de arquivos das duas das principais sociedades oitocentistas de comércio e navegação, Orey e Pinto Bastos. O acaso salvou o arquivo da C.<sup>a</sup> das Lezírias do Tejo e do Sado do grande

incêndio nos escritórios de Samora Correia, que neste caso a empresa soubera preservar ao longo de 164 anos. O seu depósito no IAN/TT vai agora viabilizar o acesso público, o mesmo ocorrendo com o arquivo da Siderurgia Nacional, doado ao IAN/TT, que se vêm acrescentar a anteriores doações empresariais de vulto, a Companhia de Moçambique, o Crédito Predial Português e a CTMN.

O universo polifacetado das associações abrange desde os lazeres às agremiações profissionais ou de socorros mútuos. Também aqui à dimensão não equivale necessariamente apreço pelo seu próprio passado. O arquivo histórico da Associação Industrial foi há muito destruído, quando passou da Av.<sup>a</sup> Infante Santo para a antiga FIL, da Real Associação Central da Agricultura está algures num depósito no Alentejo, estamos a tentar localizá-lo. Os arquivos de partidos são quase inexistentes, o que se prende em parte com a própria história política e arquivística. Mas ainda existe uma importante documentação dos arquivos de socorros mútuos e dos sindicatos dispersa por todo o país. A colaboração dos arquivos distritais e dos municipais é decisiva. É necessário chegar a tempo, amanhã pode ser tarde.

*Miriam Halpern Pereira*  
DIRECTORA DO IAN/TT

# ARQUIVOS DISTRITAIS

B R A G A N Ç A

## Informatização de Pergaminhos e Livro Antigo ■

### *Um projecto financiado pelo POC*

INSERIDO NA ESTRATÉGIA DE ACTUAÇÃO DEFINIDA PELO Programa Operacional da Cultura, nomeadamente a valorização do Património Histórico e Cultural e a Promoção do Acesso a Bens Culturais, o Arquivo Distrital de Bragança apresentou uma candidatura à Medida 2.2. – Utilização das Novas Tecnologias da Informação para Acesso à Cultura, “Informatização de Pergaminhos e Livro Antigo”. O projecto encontra-se em execução, tendo-se iniciado em Outubro de 2002 e prevê-se a sua conclusão em finais de 2003.

Fazem parte do acervo documental do Arquivo Distrital de Bragança, uma *Colecção de Pergaminhos*, constituída por documentos referentes aos tempos medievais e alvo-recer da modernidade, dos séc. X a XVI (documentação régia, monástica, pontifícia, concelhia, etc.) e o Livro Antigo, dos séculos XVI a XIX, que é proveniente das livrarias dos extintos conventos, do Paço Episcopal, do Seminário Diocesano, da Junta Geral do Distrito, da

Câmara Municipal e de alguns particulares que doaram as suas bibliotecas ao Arquivo Distrital de Bragança. Este projecto tem por objectivo a informatização destes conjuntos documentais. De acordo com a metodologia definida, para a informatização dos pergaminhos será feita a catalogação, transcrição, digitalização e elaboração de um CD ROM. O Livro Antigo será catalogado, indexado e disponibilizado na PORBASE.

Relacionadas simultaneamente com a preservação e divulgação do nosso património cultural, estas acções – recolha, tratamento da informação, preparação e disponibilização pública de suportes de divulgação, tendo como meio as novas tecnologias da informação, contribuirão fortemente para a valorização e divulgação do acervo arquivístico e bibliográfico do Arquivo Distrital de Bragança, possibilitando (objectivo último) a **aproximação da cultura aos indivíduos e à sociedade.**

*Ana Maria Afonso*

DIRECTORA DO ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA

P O R T O

## Seminário ■

REALIZOU-SE A 27 DE FEVEREIRO no Arquivo Distrital do Porto, um Seminário sobre: “Memórias do Trabalho: Arquivos Sindicais e História Oral”, iniciativa da Universidade Popular do Porto cujo objectivo principal foi a divulgação do Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Operário e Popular do Porto em <http://cdi.upp.pt>

O Dr. Sérgio Vinagre, presidente da UPP, inaugurou o encontro, apelando ao desenvolvimento de parcerias envolvendo a União dos Sindicatos do Porto, a Federação da Colectividades, o Arquivo Distrital e outras instituições empenhadas na valorização do património cultural português.

Em seguida a Dra. Maria João Pires de Lima, directora do ADP, salientou a missão dos arquivos distritais como pólos dinamizadores e promotores da qualidade dos arquivos, como factor de valorização do património cultural português e potenciador da eficácia e eficiência da entidade produtora de documentação, independentemente de se tratar de uma instituição pública ou privada.

A apresentação do CDI foi realizada pelo Dr. Silvestre Lacerda, referindo-se à utilização de standards de descrição arquivística e ao recurso ao XML e software livre para a construção deste recurso de informação. Salientou ainda a disponibilização na Internet de descrições

arquivísticas multinível associadas a imagens dos documentos.

O seminário contou ainda com a participação de: Dr. Rogério Reis, da Fac. de Ciências da Univ. do Porto, acerca do papel social da Internet; Dr. João Paulo Avelãs Nunes, da Fac. de Letras da Univ. de Coimbra, que dissertou sobre a importância do diálogo entre historiadores e arquivistas; Dr. Maciel Santos, da Fac. de Letras da Univ. do Porto, acerca da história do movimento operário português.

O seminário teve a presença de cerca de uma centena de participantes e contou com um público diversificado, técnicos de arquivo e biblioteca, investigadores, dirigentes sindicais, etc. [T]

## ARQUIVOS MUNICIPAIS

# Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais ■

AS NOVAS INSTALAÇÕES dos Arquivos Municipais de Alcácer do Sal e de Guimarães foram recentemente inauguradas, com o apoio do IAN/TT dando-se, assim, cumprimento aos Acordos de Colaboração celebrados com as respectivas Autarquias, no âmbito do PARAM.

O **Arquivo Municipal de Alcácer do Sal**, inaugurado no dia 7 de Maio, está aberto ao público, no seguinte horário: Verão – 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> das 9h00 às 15h00; Inverno – 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> das 9h00 às 17h30. Situa-se na Praça Pedro Nunes, 7580-125 Alcácer do Sal, tel. 265610040, fax 265610059, e-mail: [cm.alcacer@mail.telepac.pt](mailto:cm.alcacer@mail.telepac.pt). Responsável: Dr. Mário Cardoso.

O **Arquivo Municipal Alfredo Pimenta**, inaugurado no dia 24 de Junho, em Guimarães, funciona de



Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira, das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, na denominada “Casa Navarros de Andrade”, edifício do Séc. XVII devidamente adaptado. Sito no Largo Cónego José Maria Gomes, 4800

Guimarães, está acessível ao público através dos contactos: tel. 253421200, fax 253515134, e-mail: [cmguimaraes@mail.telepac.pt](mailto:cmguimaraes@mail.telepac.pt), sítio: [www.cm\\_guimaraes.pt](http://www.cm_guimaraes.pt). Responsável: Dr.<sup>a</sup> Teresa Malheiro. ■

## Arquivo Municipal de Marvão ■

Rua 24 de Janeiro, n.º 1,  
7330-122 Marvão | tel. 245909170.  
E-mail: [camaravelha@mail.telepac.pt](mailto:camaravelha@mail.telepac.pt).  
2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feira das 9H30-13H00/  
14H00-17H30

A CÂMARA VELHA, EDIFÍCIO dos antigos Paços do Concelho onde está instalado o Arquivo Municipal de Marvão, situa-se no centro deste burgo medieval que é hoje candidato a Património Mundial. O edifício quinhentista, hoje Casa da Cultura, conta, também, com um auditório, uma sala de reuniões, uma galeria de arte, uma exposição permanente sobre a vida e obra de Mouzinho da Silveira – na sala do antigo tribunal –, e ainda, uma oficina/loja de artesanato e uma sala de exposições, instaladas nas antigas prisões.

Integrado, desde o final de 2002, no PARAM, o Arquivo Municipal de Marvão conta actualmente com uma sala de depósito, uma sala de leitura e está, pela primeira vez, aberto ao público.

Com cerca de 24 ml. de documentação relativa ao acervo histórico, engloba não só o fundo da Câmara



FOTO: RAUL LADERRA

Rua 24 de Janeiro

Municipal (1647-1941), mas também o da Santa Casa da Misericórdia de Marvão (1595-1920), o da Administração do Concelho (1810-1921), o do Convento de Nossa Senhora da Estrela (1790-1820), o do Juízo de Órfãos (1760-1853), as várias Juntas da Paróquia do concelho (1842-1877) e, finalmente, o fundo do Julgado de Paz de Marvão (1837-1910). Existe, ainda, um fundo pertencente à Liga dos Filhos e Amigos de Marvão que desenvolveu actividades na década de Sessenta do séc. XX. Para muito breve se prevê, também, a identificação e transferência da documentação que constitui o arquivo intermédio.

*Catarina Bucho*

(ESTAGIÁRIA NA C. M. DE MARVÃO)

## O Arquivo Burnay na Torre do Tombo ■

### *A mundividência do Oitocentos português no espólio de um banqueiro do final do século*

ESTE FUNDO FOI INCORPORADO no IAN/TT, em 1997, graças à intervenção do Banco Fonseca e Burnay, através da lei do mecenato. Suscitou, desde logo, o interesse dos investigadores que pretendiam obter dados de reconhecida valia para o conhecimento da actividade multifacetada do banqueiro Henry Burnay, bem como informações sobre o contexto económico, social e político no qual esta se exerceu.

Em Outubro de 2001, foi dado início ao projecto de inventariação do espólio particular do Conde de Burnay, projecto destinado ao tratamento do material relativo à sua acção no campo financeiro, político, patrimonial e artístico. Compreende também, a documentação que diz respeito ao destino dos seus bens, herança de sua mulher, a condessa de Burnay, D. Amélia de Carvalho Burnay, presidida por uma Comissão Liquidatária. Este conjunto abarca um período de cerca de 1876 a meados de 1940 e é formado pelos mais diversos tipos de documentos oficiais e particulares, que apresentam um estado de conservação variável.

Henry Burnay, nascido em Lisboa, na freguesia dos Mártires, em 1838, filho de Henry Burnay, médico, e de Lambertine Josephine Forgeur, oriundos da Bélgica, nomeado 1.º conde de Burnay pelo rei D. Luís, em 1886, teve nove filhos e, à data do seu testamento, em 1907, numerosos herdeiros. Falecido em 1909, a sua vida interligou-se com muitas personalidades do mundo da finança e da política, em Portugal e no estrangeiro.

Caricaturado por Rafael Bordalo Pinheiro, centro de polémicas para uns (“O Senhor Milhão”, como é chamado nos jornais), admirado por outros, podemos ter, através da documentação a que deu origem, a noção aproximada do seu desempenho. O seu arquivo particular apresenta uma estrutura própria que se procurou respeitar. Os discursos no Parlamento têm anotações e comentários, a maior parte da correspondência encontra-se ainda intocada pelos investigadores, as actas das Assembleias Gerais das Companhias,



Rua D. Pedro V, n.º 4, Lisboa

relatórios, plantas arquitectónicas e topográficas, de palácios e de outros prédios urbanos e rústicos, os contactos com as instituições bancárias, os telegramas cifrados, notas de despesa, aquisições, encomendas, dão-nos a vida pública e a vida privada, os negócios e a manutenção da sua casa. Tudo ou quase tudo vinha de Paris, de Itália, e de Inglaterra, e com estes centros, incluindo a Alemanha, se faziam as operações financeiras. E, no contexto da História da Arte, o colecionismo que praticou pode ser reconstituído nas facturas das aquisições, na correspondência trocada com especialistas, nos inventários dos leilões dos palácios (descritos sala a sala). Temos pois a acção, a mentalidade, o gosto e a época.

O plano de classificação estabelecido abrange, nas suas secções e séries, a Actividade Financeira (Caminhos de Ferro; Companhia dos Tabacos de Portugal; Empréstimo D. Miguel; Sociedade Torladés; Banco de Portugal; Processo Faial; Contratos com o Governo); a Actividade Política (Candidaturas por Pombal e por Setúbal, Câmara dos Deputados); a Correspondência (pública e privada) e a Administração Patrimonial dos seus bens (palácios, propriedades urbanas e rústicas, herança e leilões). O projecto de inventariação do Arquivo Burnay, desenvolvido por uma equipa para tal constituída, insere-se no reconhecimento da importância da incorporação de Arquivos Particulares. Salienta-se, de igual modo, o seu interesse para pesquisas cruzadas, quer com unidades arquivísticas associadas, na Torre do Tombo (Ministério do Reino, Casa Real, Ministério da Fazenda/Finanças), no Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, no Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas e no Arquivo do Museu Nacional de Arte Antiga, que detém um núcleo de pinturas pertencentes ao Conde de Burnay e adquiridas pelo Estado durante o leilão da sua herança. Após o tratamento da documentação, a concluir, previsivelmente, no início de 2004, a Torre do Tombo propõe-se publicar o *Inventário* e informatizar os dados recolhidos num programa implementado em data recente. Pretende-se, deste modo, dar cumprimento aos dois objectivos principais deste projecto e facultar ao utilizador, com qualidade e eficácia, os necessários instrumentos de trabalho.

*Maria Luísa Braga*

ASSESSORA PRINCIPAL DO IAN/TT



## Legião Portuguesa ■



A LEGIÃO PORTUGUESA, criada em 1936 pelo Decreto-lei n.º 27058 de 30 de Setembro, funcionou como milícia oficial do Estado Novo até ao fim deste regime, assumindo os seguintes objectivos “(...) formação patriótica de voluntários destinada a organizar a resistência moral da nação e a cooperar na sua defesa contra os inimigos da Pátria e da ordem social (...)”. Este organismo dependia dos Ministérios do Interior e, em caso de emergência ou guerra, do Ministério da Defesa Nacional. Disponha de uma

estrutura de comando bipolar: a Junta Central (órgão de nomeação governamental responsável pela sua direcção política) e o Comando Geral. A LP teve responsabilidades nas áreas da: actuação militar, informação e vigilância, repressão à população, organização da protecção civil, solidariedade para com os mais desfavorecidos, actividades administrativas específicas, formação e doutrinação, simbólica nacionalista, entre outras. No território a LP estava organizada por Comandos Distritais, Batalhões, Brigada Naval e unidades independentes. A documentação incorporada no IAN/TT consta de cerca de 1500 caixas, mais de 450 gavetas e alguns

maços destacando-se: ficheiros, processos individuais de legionários, processos de informação, ordens de serviço, transcrições do Serviço de Escutas, material de biblioteca, livros de actas, fotografias e diversa documentação administrativa de várias unidades. O tratamento arquivístico encontra-se em fase adiantada prevendo-se, para o fim de Setembro, a disponibilização do respectivo inventário. Em termos de consulta pública este fundo, por conter dados pessoais, está sujeito ao disposto no Art.º 17 do Decreto Lei 16/93 de 23 de Janeiro.

*Mário Sant'Ana*

TÉCNICO SUPERIOR DE ARQUIVO

## Novas Aquisições ■

### GABINETE DO MINISTRO DO INTERIOR

CONCLUIU-SE EM 26 DE JUNHO A INCORPORAÇÃO no IAN/TT de 920 maços e livros, correspondendo a cerca de 300 metros lineares, de documentação do Gabinete do Ministro do Interior, para os anos de 1948-1977. Esta documentação, remetida pelo Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna, vem complementar a documentação desse mesmo organismo já existente no IAN/TT, abrangendo os anos de 1917-1947. Pelo seu interesse, destacam-se, entre outras, as séries de correspondência recebida e copiadores de correspondência expedida. Juntamente com a documentação do Gabinete do Ministro do Interior foi incorporada documentação de: Direcção-Geral da Administração Política e Civil, c. 1925-1980 (processos de funcionários, e mapas de cadastro), do mesmo Ministério; Legião Portuguesa, 1971-1974 (copiadores de correspondência expedida, “processos de gerência” e “Serviços Sociais”); PIDE/DGS, 1952-1974 (registos de correspondência expedida, copiadores, processos de funcionários, processos disciplinares e outra documentação); Comissão Liquidatária da Cantina da Armada e Brigada Naval, vários anos (fornecedores, devedores e pessoal); Comissão Liquidatária da ex-DGS, 1974-1975 (Conta de Gerência, correspondência rece-

bida e expedida); Comissão Liquidatária da ex-ANP, vários anos, (processos individuais, encargos, bens móveis e imóveis, e outra documentação); Comissão Liquidatária da Legião Portuguesa, 1974-1979 (processos de gerência, copiadores, diversos). A documentação incorporada dispõe, na generalidade, de inventários e catálogos.

### A DIAMANG E A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

No dia 27 de Maio de 2003 foi incorporada no IAN/TT a Correspondência trocada entre o Comandante Ernesto Vilhena (Presidente do Conselho de Administração da Empresa Diamang) e os Presidentes do Conselho de Ministros: António de Oliveira Salazar e Marcello Caetano. Este espólio epistolar foi doado ao IAN/TT pela extinta I.P.E. - Investimentos e Participações Empresariais, S.A. Constituído por 11 pastas de arquivo, abrange o período cronológico de 1949 e 1964. Aborda questões relacionadas com a actividade empresarial da Diamang - Empresa de Diamantes de Angola; a guerra em Angola; a administração civil e militar da Província de Angola; declarações do Prof. Dr. Oliveira Salazar sobre a questão colonial, entre outros assuntos. O acesso à documentação faz-se através da respectiva guia de remessa. |r|

# Programa SIADE: Assinado Protocolo Cooperação entre o IAN/TT, o IIMF e a DGAP ■

EM FACE DA CRESCENTE UTILIZAÇÃO dos sistemas e tecnologias da informação na Administração Pública, com o conseqüente aumento da produção de documentos electrónicos cuja genuinidade, autenticidade, inteligibilidade e acesso continuado importa garantir, tanto por razões de ordem administrativa como cultural, entenderam o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, o Instituto de Informática do Ministério das Finanças e a Direcção-Geral da Administração Pública assinar, no passado dia 30 de Maio, um Protocolo de cooperação que vigorará até 2006. Este Protocolo, que dá continuidade ao programa SIADE (Sistemas de Informação de Arquivo e Documentos Electrónicos), foi celebrado com o objectivo geral de facilitar o desenvolvimento de um quadro regulamentar e normativo de suporte à concepção, implementação e avaliação de sistemas de arquivo electrónico.



FOTO: INSTITUTO DE INFORMÁTICA DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

O Programa SIADE irá desenvolver-se numa estrutura de projectos, nos quais poderão participar outras entidades, designadamente, outros organismos da Administração Pública, Universidades ou mesmo entidades privadas fornecedoras de produtos ou de serviços na área da gestão de documentos electrónicos. Cada projecto será enquadrado num dos seguintes domínios de actividade: apresentação de propostas/ recomendações tendentes à elaboração e actualização de legislação específica; incremento da produção de Normas Portuguesas enquadradas em orientações e directivas nacionais, europeias e/ou internacionais, seguindo as regras definidas pelo subsistema

de normalização no âmbito do Sistema Português da Qualidade; elaboração e disseminação de recomendações técnicas para a boa gestão de documentos de arquivo electrónicos; definição, no âmbito do quadro institucional vigente, de estruturas de suporte à certificação de produtos e à verificação de conformidade dos sistemas com o quadro normativo e legal existente; promoção de um quadro de formação adequado aos objectivos do Programa. Para obter mais informação sobre o Programa SIADE, sobre os produtos já disponíveis ou sobre os projectos em curso, para comunicar a sua disponibilidade em participar nalgum projecto, ou apenas para manifestar o seu interesse em receber regularmente informação, poderá contactar Cecília Henriques ([cecilia@iantt.pt](mailto:cecilia@iantt.pt)), Francisco Barbedo ([francisco.barbedo@adporto.org](mailto:francisco.barbedo@adporto.org)) ou consultar os sítios web das entidades cooperantes – [www.iantt.pt](http://www.iantt.pt); [www.inst-informatica.pt](http://www.inst-informatica.pt); [www.dgap.gov.pt](http://www.dgap.gov.pt). [r]

## CIA/CER – *Electronic records: a workbook for archivists* ■

O COMITÉ DE ARQUIVOS CORRENTES EM AMBIENTE Electrónico, do Conselho Internacional de Arquivos, tem em preparação um novo documento técnico que prevê disponibilizar ao público por altura do próximo Congresso do CIA (Viena, 23-29 Agosto 2004) – *Electronic records: a workbook for archivists* surge na sequência do trabalho desenvolvido por anteriores comités, desde 1993, em especial a publicação com o título original *Guide for managing electronic records from an archival perspective* (1997). Propõe-se fornecer orientações práticas na aplicação dos conceitos e estratégias referidos no Guia de 1997, considerando, sobretudo, quatro áreas: estratégias de influência para incre-

mentar boas práticas de gestão de arquivos correntes; abordagem arquivística a sistemas de informação já em funcionamento ou a implementar; preservação a longo prazo; acesso e serviços ao utilizador. Em qualquer destas áreas, o foco é colocado nos documentos originalmente produzidos em ambiente electrónico ou digitalizados com vista à substituição do original; aspectos relativos à digitalização no âmbito da implementação de programas de preservação e acesso não são considerados.

Os documentos publicados pelo Comité de Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico estão acessíveis em [www.ica.org](http://www.ica.org). [r]

## INFORMAÇÕES

### Visitas ao IAN/TT ■

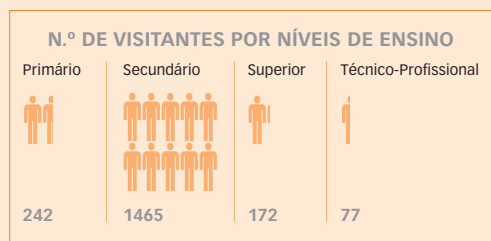
DE ENTRE AS ACTIVIDADES CULTURAIS E EDUCATIVAS DESENVOLVIDAS pelo IAN/TT, as visitas guiadas são uma constante diária.

No período de Janeiro a Maio de 2003 foram realizadas, pela Divisão de Comunicação e Relações Externas, 96 visitas guiadas ao IAN/TT para um total de 3073 visitantes, dos quais 970 visitaram, especificamente, os diversos Serviços.

Para este elevado número de visitas solicitadas, muito contribuiu a exposição “Pelos Séculos d’O Século”, patente ao público até 26 de Abril de 2003, que contou com 2103 visitantes integrados em 56 visitas guiadas. No entanto, o interesse desta exposição não se esgotou com as visitas guiadas.

Verificou-se, ainda, a visita de 2827 cidadãos interessados, que a visitaram por iniciativa própria, perfazendo um total de 4930 visitantes.

As visitas guiadas à exposição tiveram maior expressão junto das escolas: 4 visitas para um total de 242 visitantes no ensino primário; 38 visitas para um total de 1465 visitantes para o ensino secundário; 4 visitas para um total de 172 visitantes para o ensino superior e 3 visitas para um total de 77 visitantes para o ensino técnico-profissional. |T|



### Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real ■



Edição do Governo Civil de Vila Real, 700 págs.

O GOVERNO CIVIL DE VILA REAL, ACABOU de editar a obra “Os Governadores Civis do Distrito de Vila Real”, da autoria de Fernando de Sousa e Manuel Silva Gonçalves e contou com o apoio do Arquivo Distrital de Vila Real. A cerimónia pública de apresentação decorreu no palácio dos Condes de Amarante (edifício do Governo Civil) sob a presidência do Senhor Ministro da Administração Interna que salientou a importância e originalidade da obra, a primeira no seu género em Portugal.

O principal objectivo da publicação consistiu em precisar o “retrato”, as biografias dos governadores

civis do distrito de Vila Real, magistrados que apesar das vicissitudes porque passaram, mantiveram-se incólumes desde 1835, sobrevivendo à Monarquia, à República, ao Estado Novo, e ainda hoje, em funções.

O livro apresenta os seguintes capítulos: origem e evolução histórica do Distrito de Vila Real, (1835-2002); criação, competências e atribuições dos Governadores Civis; papel político dos Governadores Civis; Governadores Civis de Vila Real, naturalidade, idade, origem social e socioprofissional, duração dos mandatos, outros cargos políticos; o capítulo final apresenta as biografias dos Prefeitos de Trás-os-Montes (1833-1835) e as biografias dos Governadores Civis do Distrito de Vila Real (1835-2002).

A obra termina com a indicação das fontes utilizadas e numerosa bibliografia consultada, índices onomástico geográfico e índice geral. |T|

### Dia Aberto dos Laboratórios e Oficinas do IAN/TT ■

A DIRECÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO Técnico abre ao público os laboratórios e oficinas, quatro vezes por ano. As visitas guiadas, realizadas em



Oficina de encadernação

2003, tiveram um total de 140 visitantes. O próximo Dia Aberto está calendarizado para o dia 20 de Novembro.

Contactos: tel. 217811500, fax 217937230, [www.iantt.pt](http://www.iantt.pt)

|T|

### Visita do Presidente da República Federal da Alemanha ■

NO PASSADO DIA 7 DE MAIO TEVE lugar a visita oficial de Sua Excelência o Senhor Johannes Rau, Presidente da República Federal da Alemanha.

A visita foi acompanhada, como habitualmente, de uma mostra documental. Dela constaram alguns documentos mais significativos do Instituto tais como a Bíblia dos Jerónimos, o Atlas de Fernão Vaz Dourado ou o Livro do Armeiro-Mor, e documentos referentes às relações Portugal-Alemanha, como correspondência do Príncipe D. Fernando de Saxe-Coburgo-Gotha para a Rainha D. Maria II e a Convenção Matrimonial do Rei D. Pedro V com S.A.R. a Princesa Estefânia de Hohenzollern-Sigmaringen. |T|

## AGENDA

### Exposição ■

DESDE 2 DE JUNHO ESTÁ PATENTE na Torre do Tombo a exposição *Conhecimento e Definição do Território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)*, uma edição do IAN/TT, da Direcção dos Serviços de Engenharia do Exército e do Arquivo Histórico Militar.

A Exposição visa contribuir para a divulgação e a reavaliação do papel dos engenheiros militares na história militar, política, económica e técnico-científica de Portugal. Com a realização deste evento pretendem o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo e o Exército reafirmar o princípio da divulgação de um património documental de enorme riqueza, que é essencialmente memória nacional e, como tal, património disponível para estudo, reflexão e análise.

O circuito expositivo está estruturado em seis núcleos temáticos. No primeiro – as **instituições de defesa do território** – é feita uma abordagem à institucionalização da engenharia militar em Portugal, no período que medeia entre a implementação da *Aula de Fortificação e Arquitectura Militar*, criada em 1647, e a definitiva implantação dos principais órgãos da Engenharia Militar, no século XIX.

Os restantes núcleos foram concebidos com o objectivo de cobrir o essencial das actividades desenvolvidas pelos engenheiros militares.

O segundo núcleo evoca aquela que era, sem dúvida, a sua área de inter-



venção prioritária, tanto no Reino como no Império: a **fortificação e defesa**.

O terceiro núcleo é dedicado à participação dos engenheiros militares nas tarefas de **reconhecimento do território e inventariação de recursos**. Foi inicialmente uma actividade orientada para os domínios ultramarinos, com destaque para o Brasil, que a partir da segunda metade do século XVIII, num contexto de crescimento, centralização e modernização do Estado, mas também sob influência das ideias iluministas e dos progressos científicos do século, foi promovida no próprio território metropolitano. A arquitectura e a engenharia militares marcaram profundamente o **ordenamento urbano** de alguns dos principais aglomerados populacionais – é essa a temática do quarto núcleo, onde se destaca a reconstru-

ção da cidade de Lisboa, arrasada pelo terramoto de 1755. O quinto núcleo trata da participação dos engenheiros militares na **construção de infra-estruturas** de utilização predominantemente pública ou civil, a qual configura outra das suas contribuições para aquilo a que poderemos chamar um **ordenamento “civil” do território**, (projectos de obras hidráulicas, pontes, calçadas, itinerários, minas, caminhos-de-ferro e aquedutos, entre outros). O sexto núcleo é dedicado à **cartografia**, um dos domínios cujo desenvolvimento moderno em Portugal mais deve à engenharia militar. A cartografia terrestre, e todo o tipo de actividades associadas, como a geodesia ou a topografia, receberam o seu verdadeiro impulso a partir de 1790, data da primeira expedição de reconhecimento do País.

Esta Exposição é uma edição conjunta da Direcção de Serviços de Engenharia do Exército, do Arquivo Histórico-Militar e do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, sobre o comissariado científico de Aniceto Afonso, José Vicente Serrão e Rui Carita. **[r]**

2 de Junho a 12 de Outubro de 2003 | 2.ª a sábado das 10H00 às 18H30 (de 19 de Julho a 30 de Agosto encerra às 17H30 e aos sábados) | Visitas guiadas por marcação, tel. 217 811 500